



LULA COBRA BANCOS PÚBLICOS PARA DESTRAVAR CRÉDITO DO MOVE APLICATIVOS

O presidente Lula da Silva cobrou que os presidentes de bancos públicos federais destravem a concessão de crédito via Move Aplicativos, programa para compra de carros novos e seminovos voltado para motoristas. No encontro, que também reuniu seis ministros no Palácio da Alvorada nesta terça-feira (28), Lula pediu aos presidentes da Caixa, Carlos Vieira, e do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, que acelerem a concessão dos R\$ 30 bilhões prometidos a motoristas de aplicativo.

Como mostrou a Folha, motoristas de plataformas como Uber e 99 enfrentam dificuldade para acessar o programa. Eles relatam

negativas na concessão do crédito e redução na pontuação do Serasa após múltiplas consultas em diferentes bancos.

Um auxiliar do presidente Lula presente na reunião desta terça-feira avalia que as cobranças do petista são naturais. Segundo ele, o modelo de empréstimo do Move Aplicativos é novo, e por isso exigiu ajustes dos bancos participantes.

Um dos entraves, segundo apurou a Folha, era o modelo de comprovação de renda utilizado pelos bancos, que agora está sendo revisado. Essa pessoa ouvida pela reportagem estima que, com as correções, os programas de crédito para compra de carros e motos vão alavancar a po-

pularidade do presidente.

A área econômica repasou ao presidente sinais de que a linha para compra de motos, que começou nesta segunda-feira (27), está surpreendendo os bancos pelo volume de operações.

Em julho, o BNDES divulgou ter emprestado R\$ 1 bilhão em financiamentos no Move Motoristas, como mostrou a coluna Pánel S.A., da Folha. Foram 9.908 profissionais contemplados, com tiquete médio de R\$ 102 mil por veículo.

Considerando que o programa começou a rodar no dia 19 de junho, o valor emprestado até meados de julho representa cerca de 3% dos R\$ 30 bilhões inicialmente prometidos.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



IPCA-15 surpreende analistas ao ficar abaixo das projeções com queda de alimentos em julho

Após reação, governo Lula tenta esfriar crise com Argentina

Moraes manda que caso sobre suposta calúnia de Flavio a Lula retorne à PGR

Crédito imobiliário surpreende e cresce 23% no semestre, mesmo com juros altos



Gastos de brasileiros com viagens ao exterior batem recorde no 1º semestre



NO MUNDO

Trump ameaça destruir pontes e usinas de energia se Irã não fechar acordo



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ameaçou destruir grandes pontes e usinas de energia do Irã, caso a República Islâmica não aceite fechar o acordo que impede o país islâmico de possuir armas nucleares.

Trump afirmou que tem uma posição forte nas negociações e pode destruir a infraestrutura do Irã. "Eles sabem que vou fazer isso se não fizerem um acordo", disse o republicano em entrevista à Fox News nesta terça-feira (28).

Republicano afirmou que a maior parte das grandes pontes iranianas poderia ser destruída em menos de duas horas. Já as

usinas de energia do Irã, Trump garantiu que consegue destruí-las "em um dia".

Presidente declarou que preferiria evitar ataques à infraestrutura por causa do impacto sobre a população. "Não quero fazer isso. Quero, muito simplesmente, que eles não tenham uma arma nuclear", disse. Na entrevista, Trump também disse que os EUA monitoram a Montanha Pickaxe com câmeras. "Temos as melhores câmeras do mundo voltadas para lá. Sabemos exatamente o que está acontecendo em Pickaxe", falou.

Presidente declarou ainda que os EUA podem atingir o local caso as negociações não avancem. "Destruímos suas instala-

ções nucleares e teremos de destruir Pickaxe se não fizermos um acordo. Se não houver acordo, vamos destruí-la muito facilmente", afirmou.

Programa nuclear iraniano. O projeto nuclear do Irã inclui a Montanha Pichaxe, uma instalação fortificada enterrada nas profundezas do subolo, próxima a uma das principais instalações nucleares de Teerã. No ano passado, os EUA realizaram intensos ataques que danificaram as usinas nucleares iranianas, mas o país ainda possui material para a fabricação de armas.

Apesar das novas ameaças, Trump também disse ter havido "boas negociações" com o Irã.

Folhapress

Israel avança com fosso de crocodilos em prisão de palestinos

Israel avança com um plano para cercar a prisão de Ketziot, onde há palestinos detidos, com um fosso de 170 metros e crocodilos-do-Nilo. As escavações já começaram, segundo o The Independent.

O ministro da Segurança Nacional de Israel, Itamar Ben-Gvir, defende o projeto para a prisão de segurança máxima no sul do país. A estrutura deve custar US\$ 6,3 milhões e foi inspirada na unidade de detenção americana conhecida como Alligator Alcatraz.

Ketziot abriga um número não divulgado de palestinos acusados de integrar a força Nukhba, do Hamas. As acusações estão ligadas ao ataque contra o festival Nova, em 7 de outubro de 2023.

O governo israelense reclassificou o crocodilo-do-Nilo como animal silvestre sob manejo para permitir sua guarda no local. A ministra da Proteção Ambiental, Idit Silman, afirma que a

medida responde à superlotação do sistema prisional e à falta de agentes.

Silman diz que os animais terão efeito dissuasório contra tentativas de fuga. "Estamos falando uma língua que nossos inimigos entendem", declarou a ministra.

Moazzam Begg, diretor do grupo de direitos humanos CAGE International, classificou o plano como sem sentido. "O fato de sequer tentarmos racionalizar o uso de crocodilos como um aparato de segurança legítimo no século 21 parece completamente satírico", disse.

Begg afirma que a adoção do fosso pode ampliar violações contra palestinos presos. "Adicionar crocodilos é apenas mais uma decisão cruel no constante mau tratamento de palestinos?", declarou.

A Autoridade de Natureza e Parques de Israel e grupos ambientais também se opõem à reclassificação dos crocodilos.

Folhapress

Ucrânia adverte Irã a não retaliar após ataque a navio



A Ucrânia advertiu nesta terça-feira (28) o Irã a não lançar um ataque retaliatório contra o país europeu, que no sábado (25) havia matado uma pessoa ao alvejar um navio de Teerã no mar Cáspio.

A tensão arrisca fazer confluir as duas principais guerras em curso no mundo hoje: a guerra iniciada pela invasão russa da Ucrânia em 2022 e a guerra lançada pelos Estados Unidos e Israel contra a teocracia neste ano.

O chanceler ucraniano fez o pedido de comedimento, Andrii Sibiha, que telefonou para o colega iraniano, Abbas Araghchi. O tom, pela descrição do diplomata no

Telegram, não foi dos mais amenos: ele disse também ter exigido que o Irã pare de apoiar a Rússia. Segundo a versão de Kiev, que não foi contestada, o navio atingido no sábado transitava com equipamento para as Forças Armadas de Vladimir Putin.

O Kremlin condenou duramente a ação nesta terça, com o porta-voz Dmitri Peskov classificando-a de terrorismo internacional de Kiev. "Um ataque a um navio iraniano é um ataque ao Irã", afirmou, ecoando a fala na véspera de Araghchi, que havia prometido vingança.

A ameaça de retaliação levou a uma balbúrdia na mídia e nas redes sociais ucranianas, com estimati-

vas sendo feitas acerca de como seria tal resposta.

Emergiu um certo consenso de que ela envolveria o míssil com maior alcance da teocracia, da série Khorramshahr, e que Kiev poderia ser atingida em até 25 minutos a depender do ponto de lançamento no Irã.

Circularam boatos de que lançadores do míssil já estavam sendo preparados, o que elevou a tensão e fez com que o governo de Volodimir Zelenski viesse a público negar ter tal informação de inteligência. A estimativa é que um projétil lançado do norte iraniano demore de 15 a 25 minutos para atingir a capital ucraniana.

Igor Gielow/Folhapress

**DATA
MERCANTIL** **São Paulo**

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

IPCA-15 surpreende analistas ao ficar abaixo das projeções com queda de alimentos em julho



A inflação medida pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) desacelerou a 0,06% em julho, após marcar 0,41% em junho, segundo dados divulgados nesta terça (28) pelo IBGE.

A taxa de 0,06% surpreendeu analistas ao ficar bem abaixo das projeções do mercado financeiro. A mediana das estimativas era de 0,22%, enquanto o piso (menor previsão) estava em 0,15%, conforme a agência Bloomberg.

O IPCA-15 teve a menor variação para meses de julho em três anos, desde 2023 (-0,07%). Também mostrou a menor taxa mensal de 2026.

Gabriel Pestana, economista-sênior da Genial

Investimentos, diz que o IPCA-15 de julho traz mais uma evidência de melhora na inflação, mas avalia que o cenário exige cautela.

A publicação dos dados ocorre uma semana antes da nova reunião do Copom (Comitê de Política Monetária).

O colegiado do BC terá encontro nos dias 4 e 5 de agosto para definir o patamar da taxa básica de juros, a Selic, que está em 14,25% ao ano.

Para o economista Rafael Rondinelli, da Mag Investimentos, o IPCA-15 não altera a visão de um cenário inflacionário que segue pressionado no país, mas reforça a projeção de corte de juros na próxima semana.

Analistas esperam pelo menos mais uma redução de 0,25 ponto percentual na Selic, o que

levaria a taxa para 14%.

Segundo economistas, a queda de alimentação e bebidas reflete melhores condições de produção nesta época do ano, após a pressão dos preços observada no primeiro semestre.

O IBGE destacou a redução do custo da alimentação no domicílio em julho (-1,14%).

Produtos in natura tiveram baixa mais intensa do que a esperada, o que ajuda a explicar a surpresa com o IPCA-15, conforme o economista Leonardo Costa, da instituição financeira Asa.

Houve recuos em produtos como tomate (-19,95%), batata-inglesa (-10,03%) e café moído (-3,13%). Do lado das altas, o IBGE citou alimentos como cebola (7,10%) e pão francês (0,65%).

Folhapress

Vendas do Tesouro Direto atingem segundo melhor resultado da história

Impulsionadas pelo novo título Tesouro Reserva, as vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet registraram o segundo maior volume da história em junho, divulgou nesta terça-feira (28) o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 14,76 bilhões em papéis.

Por uma diferença de R\$ 30 milhões, o valor só perde para o recorde histórico de março, quando as vendas de títulos federais pela internet somaram R\$ 14,79 bilhões.

Em junho, o volume foi 44,51% maior que em maio, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 10,22 bilhões. Na comparação com junho do ano passado, o volume é 156,03% maior.

Os títulos mais procurados pelos investidores em junho foram os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 54,5%. As vendas das tradicionais Letras Financeiras do Tesouro (LFT) somaram R\$ 4,16 bilhões (28,2% do total). As vendas do Tesouro Reserva, novo título indexado aos juros básicos que

funciona como as caixinhas de bancos digitais, somaram R\$ 2,09 bilhões (14,2% do total).

Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), corresponderam a 34,3% do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 16,7%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 4,6% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educa+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 2% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic, que está em 14,25% ao ano. Com os juros altos, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

Wellton Máximo/ABR

Crédito imobiliário surpreende e cresce 23% no semestre, mesmo com juros altos



Nem os juros em patamar elevado esfriam o mercado imobiliário brasileiro. O volume de concessões de crédito para compra e construção de imóveis encerrou o primeiro semestre de 2026 com um desempenho acima do esperado, movimentando R\$ 180,9 bilhões.

O resultado representa uma alta de 23% em relação aos R\$ 147,1 bilhões registrados no mesmo período de 2025, segundo dados divulgados pela Abecip (Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança) nesta terça-feira (28).

Ao todo, mais de 680 mil imóveis foram financiados entre janeiro e junho, somando as operações com recursos do SBPE (Sistema

Brasileiro de Poupança e Empréstimo), do FGTS e de carteiras livres.

Os números indicam que o primeiro semestre de 2026 foi significativamente mais forte do que o de 2025, contrariando previsões de desaceleração diante da Selic (taxa básica de juros) elevada e do encarecimento do crédito. A taxa está em 14,25% ao ano e passou parte do primeiro semestre na faixa de 15%.

Segundo o presidente da Abecip, Michel Cury, o desempenho leva a Abecip a revisar as estimativas para o ano. Em janeiro, a entidade projetava expansão de 16% nas concessões, mas afirma que uma nova previsão será divulgada nas próximas semanas diante dos resultados acima do esperado.

O destaque veio das operações financiadas com recursos da poupança (SBPE), tradicionalmente utilizadas pela classe média. As concessões para aquisição e construção atingiram R\$ 93,7 bilhões, avanço de 29% sobre o primeiro semestre de 2025.

O desempenho ocorre após o Banco Central afrouxar, no ano passado, as regras de compulsório da poupança, liberando parte dos recursos que antes permaneciam retidos e ampliando a capacidade dos bancos de conceder financiamentos imobiliários.

Dentro desse segmento, o crédito destinado à construção mais do que dobrou, passando de R\$ 12,8 bilhões para R\$ 26,5 bilhões.

Folhapress

POLÍTICA

Após reação, governo Lula tenta esfriar crise com Argentina



O governo Lula atua para esfriar a crise com a Argentina, após as reações contra as falas do presidente Javier Milei durante a convenção do PL que oficializou o senador Flávio Bolsonaro como candidato à presidência da República.

Planalto e Itamaraty falam em "viver um dia de cada vez" e condicionam eventuais novas ações ao monitoramento sobre reações argentinas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) evitou comentar o assunto. Questionado por jornalistas sobre Milei respondeu: "Quem é esse cara?", sem entrar em comentários pessoais sobre

o discurso do argentino que atacou não só Lula, como o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, subiu o tom e chamou Milei de "palhaço", em entrevista à "Rádio Jornal", de Pernambuco.

A expectativa é de que reações vindas do governo parem por aí, a não ser que Milei escale novamente a questão.

O embaixador brasileiro em Buenos Aires não retornará à Argentina até segunda ordem. Isso, por si só, já é uma demonstração na diplomacia sobre o descontentamento do país com o tom de Milei.

Do ponto de vista de campanha eleitoral, no entanto, o movimento é outro: a Federação Brasil da Esperança, composta pelos partidos PT, PV e PCdoB, apresentou à Procuradoria-Geral Eleitoral um pedido de investigação sobre a vinda de Milei ao Brasil.

A representação mira o governo de São Paulo e a natureza da visita do presidente argentino em nome da "preservação da soberania nacional, da igualdade de oportunidades entre os futuros competidores, da impessoalidade administrativa e da normalidade do processo eleitoral brasileiro".

CNN

Moraes manda que caso sobre suposta calúnia de Flavio a Lula retorne à PGR

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou, nesta terça-feira (28), que o inquérito que apura um suposto episódio de calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retorne para uma nova manifestação da PGR (Procuradoria-Geral da República).

O encaminhamento ocorre após Flávio depor por escrito à PF (Polícia Federal) e negar que tenha caluniado Lula. Segundo a defesa, o parlamentar ainda cobrou que o petista também seja ouvido no inquérito, com o objetivo de dizer se ele, de fato, se sentiu ofendido.

A PGR terá um prazo de 15 dias para decidir se apresenta, ou não, uma denúncia contra Flávio Bolsonaro.

O inquérito investiga uma publicação feita pelo senador na rede social X em 3 de janeiro de 2026, após a captura do então presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, pelos Estados Unidos.

Na publicação, Flávio escreveu: "Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas".

Para a PF, ao afirmar que Lula "será delatado" e, na sequência, listar uma série de crimes, o senador atribuiu falsamente ao pre-

sidente a prática de condutas criminosas. O relatório também aponta não haver dúvidas sobre a autoria da publicação.

Apesar da conclusão da PF, a PGR avaliou ser necessário ouvir Flávio antes de decidir os próximos passos. Segundo Gonet, a diligência é relevante sobretudo pela possibilidade de retratação, prevista no Código Penal para os crimes de calúnia e difamação.

Pela lei, o investigado pode ficar isento de pena caso se retrate antes da sentença. Quando a ofensa é veiculada por algum meio de comunicação, a retratação pode ser feita pelo mesmo canal usado na publicação original.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Grupo Toky S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 31.553.627/0001-01 – NIRE 35.300.561.201 – Companhia Aberta
Assembleia Geral Extraordinária a Ser Realizada, em Segunda Convocação,
em 5 de agosto de 2026 – Edital de Segunda Convocação

Convocamos os senhores acionistas do Grupo Toky S.A. – Em Recuperação Judicial, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 2546-1 ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a se reunirem, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings" ("Plataforma Digital"), em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em segunda convocação, no dia 5 de agosto de 2026, às 10:00 horas ("Assembleia Geral"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o limite do capital autorizado da Companhia; (ii) a alteração e consolidação do Estatuto Social, compreendendo: (a) a alteração do caput do artigo 5º, para contemplar o grupamento das ações da Companhia, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada, em primeira convocação, em 27 de julho de 2026; e (b) a alteração do caput do artigo 6º, para contemplar a alteração do limite do capital autorizado, sujeito à aprovação da matéria indicada no item (i) acima, bem como a consequente consolidação do Estatuto Social; e (iii) condicionada à aprovação do plano de recuperação judicial, a alteração e consolidação do Estatuto Social para a exclusão do Capítulo IX (artigos 35 a 40). **Informações e Instruções Gerais:** A Assembleia Geral será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital. Os acionistas que participarem da Assembleia Geral de acordo com as instruções abaixo, ou que tiverem enviado seu Boletim de Voto (conforme definido abaixo) por ocasião da primeira convocação, serão considerados presentes à Assembleia Geral, e assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 47, parágrafo 1º, da Resolução CVM 81. **Participação por meio da Plataforma Digital:** Os acionistas que desejarem participar na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, deverão acessar o website <<https://assembleia.ten.com.br/900557027>>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, **com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data da Assembleia Geral (ou seja, até o dia 3 de agosto de 2026, inclusive) ("Cadastro")**. Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do login e senha utilizados no Cadastro. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) e/ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia Geral: (a) comprovante expedido pela instituição financeira responsável pela escrituração das ações de emissão da Companhia, a saber o Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("Escriturador") ou, com relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso aplicável, o instrumento de mandato; e, ainda, (c) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) **para acionista pessoa física:** cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) **para acionista pessoa jurídica:** cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do acionista ou procurador do acionista, conforme o caso; e (3) **para acionista fundo de investimento:** cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade de cada representante legal do fundo de investimento ou procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados, por meio do website <<https://assembleia.ten.com.br/900557027>>. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado no Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) para realização do Cadastro. Caso o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) não receba as instruções de acesso, deverá entrar em contato com a Diretoria de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail <ri@mobly.com.br>, até as 18:00 horas do dia 4 de agosto de 2026, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia Geral os acionistas que não efetuarem o Cadastro, que não completarem o Cadastro com a apresentação da integralidade da documentação requerida e/ou não informarem a ausência do recebimento das instruções de acesso à Assembleia Geral na forma e prazos previstos acima. **Acionistas representados por procuradores:** A administração da Companhia sugere que, na impossibilidade de participação direta, V.Sa. confira poderes para um procurador participar e votar em seu nome relativamente às matérias objeto da Assembleia Geral. Para participação por meio de procurador, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei deverá ter sido outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, parágrafo 1º, da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM nº RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista, advogado ou instituição financeira. Quando o acionista for representado por procurador, a regularidade e conformidade da procuração, bem como a comprovação de titularidade das ações da Companhia, serão examinadas previamente à Assembleia Geral, conforme procedimentos descritos acima. **Participação por meio de Boletim de Voto:** A Companhia informa que não será disponibilizado novo boletim de voto a distância para a segunda convocação da Assembleia Geral. Nos termos do artigo 49, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81, os boletins de voto a distância disponibilizados por ocasião da primeira convocação e considerados válidos ("Boletins de Voto") poderão ser aproveitados para a segunda convocação da Assembleia Geral, desde que atendidos os requisitos previstos na regulamentação. Assim, os acionistas que tenham encaminhado Boletim de Voto válido serão considerados presentes à Assembleia Geral e signatários da respectiva ata, sendo suas instruções de voto computadas para as matérias constantes da ordem do dia. **Documentos à Disposição dos Acionistas:** A Proposta da Administração, contemplando os documentos e as informações exigidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis com relação às matérias da ordem do dia e, ainda, este edital de convocação, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia (investors.grupotoky.com.br), da CVM (gov.br/cvm) e da B3 (b3.com.br). São Paulo, 27 de julho de 2026.

Marcelo Rodrigues Marques – Presidente do Conselho de Administração. (28, 29 e 30/07/2026)

A promotional banner for Data Mercantil. It features a portrait of a man on the left, the company logo "DATA MERCANTIL" in large bold letters, and a QR code on the right. Below the logo is the tagline "SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE." At the bottom, it says "FALE CONOSCO POR E-MAIL" with the email "comercial@datamercantil.com.br" and the website "datamercantil.com.br".

PUBLICIDADE LEGAL

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R\$
5,1171 / R\$ 5,1177 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,1195 / R\$ 5,1215 *
Turismo - R\$ 5,1455 /
R\$ 5,3255
(*) cotação média do
mercado
(**) cotação do Banco
Central
Variação do câmbio
livre mercado
no dia: 0,17%

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,70%
Pontos: 176.564
Volume financeiro:
R\$ 22,326 bilhões
Maiores altas: Vamos
locacao de Caminhoes,
Maquinas e Equipa-
mentos SA ON (5,05%),
Hapvida Participacoes
e Investimentos SA ON
(4,02%), Fleury SA ON
(3,21%)
Maiores baixas:
Telefonica Brasil SA ON
(-6,31%), TIM SA ON
(-5,81%), Companhia
de Saneamento Basico
do Estado de Sao Paulo
SABESP SA ON (-2,08%)
S&P 500 (Nova York):
0,21%
Dow Jones (Nova York):
1,03%
Nasdaq (Nova York):
-0,22%
CAC 40 (Paris): 0,63%
Dax 30 (Frankfurt):
0,41%
Financial 100 (Lon-
dres): 0,83%
Nikkei 225 (Tóquio):
-3,95%
Hang Seng (Hong
Kong): 0,41%
Shanghai Composite
(Xangai): -1,16%
CSI 300 (Xangai e
Shenzhen): -2,83%
Merval (Buenos Aires):
-1,48%
IPC (México): 0,22%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Dezembro 2025: 0,33%
Janeiro 2026: 0,33%
Fevereiro 2026: 0,70%
Março 2026: 0,88%
Abril 2026: 0,67%
Maio 2026: 0,81%
Junho 2026: 0,16%

Galvani Participações e Investimentos S.A.			
CNPJ nº 09.391.425/0001-43			
Demonstrações Financeiras referente ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025			
(Valores expressos em Reais)			
BALANÇO PATRIMONIAL			
Ativo	Saldo Atual	Passivo	Saldo Atual
Ativo Circulante	2.967.527,82D	Passivo Circulante	2.269.153,80C
Caixa e Equivalente de Caixa	2.959.527,82D	Obrigações do Circulante	2.269.153,80C
Bancos c/ Movimento	1,20D	Contas a Pagar	35.146,90C
GPI C/C Bradesco (2002 0101750-0)	1,20D	Contas a Pagar	35.146,90C
Aplicações Financeiras	2.959.526,62D	Adiantamentos de Clientes	24.000,00C
Aplic. CDB-DI Bradesco (2002 0101750-0)	485.534,91D	Adiantamentos de Clientes – no País	24.000,00C
GPI Aplic. CDB Bradesco (01)	177.498,88D	Obrigações Fiscais	394.919,65C
GPI Aplic. Invest Bradesco (03)	35.995,07D	IRRF s/ Terceiros – Geral – Cód. 1708	23,02C
GPI Aplic. G5 Partners	2.260.497,76D	PIS a Recolher	7.558,12C
Realizável a Curto Prazo	8.000,00D	COFINS a Recolher	24.984,31C
Adiantamentos/Empréstimos	8.000,00D	C.R.F. a Recolher	86,07C
Adiantamentos a Fornecedores	8.000,00D	IRPJ a Recolher	259.914,03C
Ativo Não Circulante	25.852.120,18D	CSLL a Recolher	102.354,10C
Realizável a Longo Prazo	3.100.856,02D	Outras Obrigações	1.815.087,25C
Créditos e Valores	1.380.946,40D	Dividendos a Pagar 2025	1.815.087,25C
AFAC	1.380.946,40D	Passivo Não-Circulante	6.464.468,23C
Créditos em Contencioso	1.719.909,62D	Obrigações a Longo Prazo	6.464.468,23C
Depósitos em Contencioso	1.719.909,62D	Passivos Fiscais Diferidos	6.464.468,23C
Investimentos	22.751.264,16D	Déb Fiscais IRPJ – Diferen Temporárias	4.753.285,46C
Participações Permanentes em Sociedades	1.288.553,41D	Déb Fiscais CSLL – Diferen Temporárias	1.711.182,77C
Part. Perm em Controladas	4.631.500,00D	Patrimônio Líquido	20.086.025,97C
Resultado de Equiv. Patrimonial	4.038.703,36C	Capital Social	20.000.000,00C
Ágios em Investimentos	695.756,77D	Capital Realizado	20.000.000,00C
Propriedades p/Investimento	21.462.710,75D	Capital Subscrito Residentes no País	20.000.000,00C
Imóveis Próprios – Valor Justo	2.449.568,92D	Reservas	27.376,31C
Subconta – Ajuste a Valor Justo	19.013.141,83D	Reservas de Lucros	27.376,31C
		Reserva de Lucros a Realizar	27.376,31C
		Outras Contas do Patrimônio Liq.	58.649,66C
		Outras Contas do Patrimônio Liq.	58.649,66C
		Lucros Acumulados	58.649,66C
Total Ativo	28.819.648,00D	Total Passivo	28.819.648,00C
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO			
Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
Deduções da Receita Bruta	(140.689,24)	Impostos e Taxas Estaduais	(165,24)
(-) COFINS	(115.634,99)	Impostos e Taxas Federais	(772,10)
(-) PIS/PASEP	(25.054,25)	IOF	(523,49)
Receita Líquida	(140.689,24)	Resultado Financeiro	(129.665,86)
Lucro Bruto	(140.689,24)	Receitas Financeiras	400.596,56
Despesas Operacionais	(1.280.230,16)	Rendimentos de Aplicação Financeira	400.596,56
Despesas com Vendas	(770.831,66)	Despesas Financeiras	(530.262,42)
Viagens e Estádias	(831,66)	Despesas Bancárias	(68,44)
Doações	(770.000,00)	Multas / Pagto em Atraso	(364.994,03)
Desp. Gerais e Administrativas	(509.398,50)	Juros s/ Pagto em Atraso	(159.755,85)
Serviços Terc. Administrativos	(55.067,63)	Taxas e Custos Diversos	(4.823,12)
Serviços Terc. Advocacia	(105.632,02)	Outras Despesas Operacionais	(58.150,28)
Serviços Terc. Consultoria	(269.105,23)	Result Neg em Part Societ Aval	
Serviços Terc. Contabilidade	(30.780,00)	Pelo MEP	(58.150,28)
Serviços Terc. Informática	(4.823,24)	Resultado Operacional	(1.662.645,12)
Serviços Terc. Reembolso Desp. FOSNOR	(26.274,52)	Receitas Não Operacionais	3.854.499,73
Conduções (Táxis, Ônibus, Etc.)	(93,76)	Receita com Contenciosos	3.854.499,73
Correios e Telégrafos	(457,88)	Resultado Antes do IR e CSL	2.191.854,61
Despesas Legais e Judiciais	(12.592,48)	Provisões para IR e CSL	(1.422.731,57)
Despesas com Cartório	(4.571,74)	Provisão para CSLL	(382.958,66)
Despesas Tributárias	(53.909,58)	Provisões para IR e CSL	(1.422.731,57)
I.P.T.U	(52.211,06)	Provisão para IRPJ	(1.039.772,91)
Impostos e Taxas Municipais	(237,15)	Lucro Líquido do Exercício	769.123,04
Rodolfo Galvani Neto – Diretor			
Flavio Silva Pinto - Reg. CRC/SP nº 1SP164768/O-1			

Voke S.A.	
CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91 NIRE 35.300.415.027 Código CVM nº 02732-4	
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de julho de 2026	
1. Hora, Data e Local: Em 08/07/2026, às 18 horas, na sede social da Voke S.A. ("Companhia"), na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jd. São Luís, São Paulo-SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. Mesa: Sr. Rene Vaz de Almeida, Presidente e Sr. João Luis Pereira Lima Filho, Secretário. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a celebração do 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Outras Avenças nº IAF406/23, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Fiduciante, o Banco BTG Pactual S.A. ("Fiduciário 1" ou "Credor 1"), a TOO Seguros S.A. ("Fiduciário 2" ou "Credor 2"), e a BTG Pactual Seguros S.A. ("Fiduciário 3" ou "Credor 3", e, em conjunto com o Fiduciário 2, as "Seguradoras"). 5. Deliberações: Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: 5.1. Aprovar a celebração do 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Outras Avenças nº IAF406/23, entre a Companhia, na qualidade de Fiduciante, o Banco BTG Pactual S.A., CNPJ/MF nº 30.306.294/0002-26 ("Fiduciário 1" ou "Credor 1"), a TOO Seguros S.A., CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 ("Fiduciário 2" ou "Credor 2"), e a BTG Pactual Seguros S.A., CNPJ/MF nº 32.724.962/0001-80 ("Fiduciário 3" ou "Credor 3", e, em conjunto com o Fiduciário 2, as "Seguradoras"), nos termos do instrumento previamente disponibilizado aos Conselheiros. 5.2. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos que se façam necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. 6. Encerramento: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou esta ata. 7. Assinaturas: Conselheiros: Srs. Rene Vaz de Almeida, Howard Badger Stone II, Jonh Joseph Frishkopf, e Miguel Angel Albergo Ocerin. São Paulo/SP, 08/07/2026. Mesa: Rene Vaz de Almeida – Presidente; João Luis Pereira Lima Filho – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 276.892/26-4 em 15/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

EQUATORIAL OIL S.A.	
CNPJ/MF nº 24.618.020/0001-99 NIRE 35300667531	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	
Data, Hora e Local: 29/06/2026, às 10:35h, virtual. Convocação e Presença:Dispensada, totalidade. Mesa da Assembleia: Presidente: José Garieri Neto, Secretária: Daniela Aline Klauck. Ordem do Dia e Deliberações: Em deliberação conjunta, sem ressalvas, conforme permissivo expresso do Artigo 2º do Estatuto Social, as acionistas aprovaram a abertura de filial operacional no Estado do Paraná, cujos objetos serão os mesmos da filial já existente, a ser estabelecida na Av. Anita Garibaldi, 1361, sublote 0005, bairro Ahú– Curitiba/PR – CEP 82.200-384. Ficou a Diretoria autorizada a providenciar todos os atos necessários ao imediato registro da nova filial na respectiva Junta Comercial do Estado e demais entidades competentes, bem como a realizar e firmar os atos para efetivação do endereço. 2. Consolidação do Estatuto Social da Companhia Encerramento: A ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. São Paulo, 29 de junho de 2026. MESA: José Garieri Neto - Presidente, Daniela Aline Klauck - Secretária. ACIONISTAS: SSS OIL S.A. (p.r. Sandro Luis Silva Santos), RX OIL S.A. (p.r. RICARDO DELGALLO), JHN OIL S.A. (p.r. José Garieri Neto), SERTÃO ENERGIA S.A.(p.r. Michel Platini Juliani), Jucesp nº 286.016/26-6 em 28/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A.	
CNPJ/MF nº 66.079.609/0001-06 – NIRE 35.300.357.787	
Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária	
Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), ficam convocados os senhores acionistas da Log & Print Gráfica, Dados Variáveis e Logística S.A., sociedade anônima com sede na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Joana Foreiro Storani, nº 676, CEP 13280-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 66.079.609/0001-06 ("Companhia"), para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, em 05 de agosto de 2026, às 10:00 horas, na modalidade assembleia digital, por meio da plataforma "Google Meetings", nos termos do Art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referente ao exercício social findo em 31/12/2025, publicado no jornal data mercantil, cadernos impresso e digital, ambos na edição de 24/07/2026. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas e/ou seus representantes deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail alderano.fileni@logprint.com.br, com antecedência mínima de 30 minutos do horário marcado para a realização da AGO no dia 05 de agosto de 2026 (ou seja, até às 09:30 horas), com a documentação comprobatória da sua qualidade de acionista e/ou representante, na forma da lei. A Companhia enviará as respectivas instruções para o acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas e/ou seus representantes que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima. Vinhedo/SP, 27 de julho de 2026. Alderano Américo Fileni – Diretor Presidente.	
(27, 28 e 29/07/2026)	

Estok Comércio e Representações S.A.	
– Em Recuperação Judicial	
CNPJ/MF nº 49.732.175/0001-82 – NIRE 35.300.446.666	
Edital de Segunda Convocação – AGE a ser realizada, em 2º Convocação, em 05/08/2026	
Ficam convocados os acionistas da Estok Comércio e Representações S.A. – Em Recuperação Judicial ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("Assembleia"), a ser realizada, em segunda convocação, no dia 05/08/2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, parágrafo 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 ("Lei das S.A."), e da Seção VIII do Capítulo II do Anexo V da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI 81"), por meio da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alterar o endereço da sede social da Companhia para Avenida das Nações Unidas, nº 16.737, Mezanino, Sala 5, Várzea de Baixo, São Paulo-SP, CEP 04730-090; e (ii) alterar o caput do artigo 2º do estatuto social da Companhia, a fim de refletir a alteração da sede social, bem como a sua consequente consolidação. Informações e Instruções Gerais: Os acionistas que desejarem participar da Assembleia deverão enviar para Companhia através do seguinte endereço eletrônico <ri@mobly.com.br> todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, em até 30 (trinta) minutos antes do horário estipulado para a abertura dos trabalhos ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista estará habilitado para acessar a Plataforma Digital por meio do link da Plataforma Digital que será disponibilizado ao acionista oportunamente pela Companhia. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá: (i) conter a identificação do acionista e de seu representante legal ou procurador, conforme o caso, que comparecerá à Assembleia, incluindo seus nomes completos e seus números de inscrição no CPF/MF e/ou no CNPJ/MF, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos seguintes documentos necessários para participação na Assembleia: (a) caso aplicável, o instrumento de mandato devidamente regularizado na forma da lei; e (b) os documentos de identidade e/ou comprovação de poderes a seguir: (1) para acionista pessoa física: cópia do documento de identidade do acionista ou de seu procurador, conforme aplicável; (2) para acionista pessoa jurídica: cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e cópia do documento de identidade do representante legal do acionista ou do procurador do acionista, conforme o caso; e (3) para acionista fundo de investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; cópia do estatuto social ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e cópia do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento ou do seu procurador, conforme o caso. Caso o acionista venha a ser representado por seu representante legal ou por procurador devidamente constituído, o referido representante legal ou procurador deverá realizar o Cadastro com seus respectivos dados. Por ocasião da realização do Cadastro, o representante legal ou procurador deverá indicar cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O representante legal ou procurador receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciá-la, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O representante legal ou procurador que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Nos termos da IN DREI 81, a Companhia informa que a Assembleia será integralmente gravada, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas (ou seus representantes legais ou procuradores, conforme o caso) que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos apresentados, o acionista (ou seu respectivo representante legal ou procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital. Documentos à Disposição dos Acionistas: Os documentos pertinentes às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e poderão ser enviados aos acionistas que os solicitarem por intermédio do e-mail <ri@mobly.com.br>. São Paulo, 28/07/2026. Marcelo Rodrigues Marques Presidente do Conselho de Administração. (29, 30 e 31/07/2026)	

Voke S.A.	
CNPJ/MF nº 04.212.396/0001-91 NIRE 35.300.415.027 Código CVM nº 02732-4	
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2026	
1. Hora, Data e Local: Em 01/07/2026, às 17 horas, na sede social da Voke S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Guido Caloi, nº 1985, Galpão 23, Jd. São Luís, São Paulo-SP. 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. 3. Mesa: Sr. Rene Vaz de Almeida, Presidente e Sr. João Luis Pereira Lima Filho, Secretário. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre a celebração dos seguintes instrumentos relacionados às garantias prestadas pela Companhia no âmbito do Contrato de Contragarantia celebrado com a TOO Seguros S.A. ("Seguradora Too"), e a BTG Pactual Seguros S.A. ("Seguradora BTGP"): (i) 4º Aditamento ao Contrato de Contragarantia; (ii) 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Outras Avenças nº IAF20/25; (iii) 7º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada Centralizadora e Outras Avenças; (iv) Contrato de Alienação Fiduciária de Propriedade Intelectual em Garantia e Outras Avenças; e (v) autorização para que a Diretoria pratique todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. 5. Deliberações: Os Conselheiros deliberaram, por unanimidade: 5.1. Aprovar a celebração do 4º Aditamento ao Contrato de Contragarantia, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Tomador, a TOO Seguros S.A., CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 ("Seguradora Too"), a BTG Pactual Seguros S.A., CNPJ/MF nº 32.724.962/0001-80 ("Seguradora BTGP", e, em conjunto com a Seguradora Too, "Seguradora"), a 220 Capital Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes, CNPJ/MF nº 32.158.984/0001-20 ("Fiador 1"), a Sistemas Convex Locações de Produtos de Informática Ltda., CNPJ/MF nº 73.147.084/0001-64 ("Fiador 2"), e a Agasus Seminovos Ltda., CNPJ/MF nº 18.638.476/0001-18 ("Fiador 3", e, em conjunto com o Fiador 1 e o Fiador 2, "Fiadores"), por meio do qual serão promovidos, entre outros, ajustes às condições do contrato, bem como o reforço das garantias prestadas no âmbito da operação. 5.2. Aprovar a celebração do 2º Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e Outras Avenças nº IAF20/25, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Fiduciante, o Banco BTG Pactual S.A., CNPJ/MF nº 30.306.294/0002-26 ("Fiduciário 1" ou "Credor 1"), a TOO Seguros S.A., CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 ("Fiduciário 2" ou "Credor 2"), e a BTG Pactual Seguros S.A., CNPJ/MF nº 32.724.962/0001-80 ("Fiduciário 3" ou "Credor 3", e, em conjunto com o Fiduciário 2, "Seguradoras"), para compartilhamento da alienação fiduciária dos equipamentos já constituída em favor do Fiduciário 1 com as Seguradoras, permanecendo preservada a ordem de preferência prevista no respectivo instrumento. 5.3. Aprovar a celebração do 7º Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada Centralizadora e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Emissora ou Cedente, o Banco BTG Pactual S.A., CNPJ/MF nº 30.306.294/0002-26 ("BTG Pactual" ou "Fiduciário 1"), a TOO Seguros S.A., CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 ("Seguradora Too" ou "Fiduciário 2"), a BTG Pactual Seguros S.A., CNPJ/MF nº 32.724.962/0001-80 ("Seguradora BTGP" ou "Fiduciário 3", e, em conjunto com a Seguradora Too, "Seguradoras", sendo as Seguradoras em conjunto com o BTG Pactual, "Fiduciários"), e o Banco BTG Pactual S.A., CNPJ/MF nº 30.306.294/0001-45, na qualidade de Banco Depositário, para compartilhamento da cessão fiduciária dos direitos creditórios já constituída em favor do BTG Pactual com as Seguradoras, bem como para promover os demais ajustes previstos no instrumento. 5.4. Aprovar a celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Propriedade Intelectual em Garantia e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de Fiduciante, a BTG Pactual Seguros S.A., CNPJ/MF nº 32.724.962/0001-80 ("Seguradora BTGP"), e a TOO Seguros S.A., CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 ("Seguradora Too", e, em conjunto com a Seguradora BTGP, "Credores Fiduciários"), por meio do qual a Companhia constituirá alienação fiduciária sobre suas marcas, em favor dos Credores Fiduciários, nos termos do instrumento, em garantia das obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Contragarantia. 5.5. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos que se façam necessários para a implementação das deliberações ora aprovadas. 6. Encerramento: Nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata. 7. Assinaturas: Conselheiros: Srs. Rene Vaz de Almeida, Howard Badger Stone II, Jonh Joseph Frishkopf, e Miguel Angel Albergo Ocerin. São Paulo/SP, 01/07/2026. Mesa: Rene Vaz de Almeida – Presidente; João Luis Pereira Lima Filho – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 251.835/26-1 em 06/07/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	
CNPJ nº 36.864.992/0001-42 – NIRE 35.300.624.211	
Ata de Rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária	
Data, hora e local: Em 1º/04/2026, às 10hs, na sede social. Convocação e presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia. Mesa: Felipe Pereira Lima (Presidente) e Rogério de Oliveira Ferreira (Secretário). Deliberações aprovadas: 5.1. A lavratura desta ata será na forma de sumário. 5.2. Retificar a Ata de AGE 1, datada de 19/01/2026, devidamente registrada em 29/04/2026 sob nº 164.854/26-5, no item (ii) da sua Ordem do Dia, visando a excluir e, consequentemente, tornar sem efeitos, a eleição da Sra. Tatiana Yano de Almeida, brasileira, advogada, como Diretora Executiva da Companhia. 5.3. Ratificar todas as demais deliberações da Ata de AGE 1 que não foram expressamente alteradas na presente reunião. Para fins de organização, e considerando o acima exposto, a Diretoria Executiva consolidada da Companhia é a seguinte: Diretoria Executiva (a) Ana Carolina Ferracci Coutinho Moura, brasileira, advogada; (b) Luiz Carlos Nimi, brasileiro, administrador de empresas; (c) Francine de Castro Balbina Leite, brasileira, internacionalista; (d) Rogério de Oliveira Ferreira, brasileiro, contador; (e) Felipe Pereira Lima, brasileiro, contador e economista; e (f) José Walter Lucas, brasileiro, bacharel em ciências da computação. Por fim, a Diretoria da Companhia fica, desde já, autorizada a adotar todos os atos necessários para a consecução do quanto deliberado na presente reunião, inclusive, sem limitação, a comunicação perante os órgãos regulatórios competentes, especialmente, a Comissão de Valores Mobiliários e o Banco Central do Brasil. Nada mais. São Paulo, 01/04/2026. JUCESP nº 202.332/26-3 em 19/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.	

Dofra Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 19.374.844/0001-20 - NIRE 35228013371

2ª Alteração do Contrato Social para Transformação de Sociedade Limitada em S.A.

Pelo presente instrumento particular, as Partes adiante nomeadas e qualificadas, a saber: **(i) Francisco Fortunato**, brasileiro, químico; e **(ii) Domingos Fortunato Neto**, brasileiro, químico; na qualidade de únicos sócios da sociedade empresária limitada **Dofra Participações Ltda.**, CNPJ nº 19.374.844/0001-20 (“**Sociedade**”), **Resolvem**, por unanimidade e sem reservas, promover a presente alteração do Contrato Social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.072, parágrafos 2º e 3º da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), de acordo com os termos e condições abaixo: **1. Transformação:** Neste ato, de comum acordo, os sócios aprovam a transformação do tipo societário da Sociedade, que *passará de “sociedade empresária limitada” para “sociedade por ações*, nos termos dos Artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil e 220 a 222 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 (“*Lei das S.A.*”), por melhor se ajustar aos negócios sociais que se empreenderão futuramente, sendo que, para todos os fins de direito, a Sociedade continuará a existir juridicamente, sem interrupção dos negócios ora em curso, permanecendo válidos todos os direitos, obrigações e responsabilidades que a ela cabiam (“**Transformação**”). **1.1. Capital Social:** Em decorrência da Transformação aprovada acima, os sócios deliberaram pela conversão da totalidade das 555.000.000 de quotas representativas do capital social em 555.000.000 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal, nos termos do **Anexo I**. Todas as ações serão atribuídas aos sócios Francisco Fortunato e Domingos Fortunato Neto na mesma proporção de sua participação pretérita, conforme consta abaixo: **Subscritor:** Francisco Fortunato; **Quotas (nº):** 277.500.000; **Ações Ordinárias:** 277.500.000; **Valor (R\$):** 277.500.000,00. **Subscritor:** Domingos Fortunato Neto; **Quotas (nº):** 277.500.000; **Ações Ordinárias:** 277.500.000; **Valor (R\$):** 277.500.000,00. **Total de Quotas (nº):** 555.000.000. **Total das Ações Ordinárias:** 555.000.000. **Total do Valor (R\$):** 555.000.000,00. **1.2. Denominação:** Em razão da Transformação da Sociedade em sociedade por ações, a sua denominação social passará de “**Dofra Participações Ltda.**” para “**Dofra Participações S.A.**”; **2. Estatuto Social:** Aprovada a Transformação, os acionistas aprovaram, com unanimidade, texto do Estatuto Social que regerá a Sociedade a partir desta data, o qual passa a refletir as deliberações tomadas neste instrumento e encontra-se devidamente consolidado, nos termos do **Anexo II**; **3. Eleição Conselho de Administração:** Os acionistas decidem, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, para os cargos do Conselho de Administração da Sociedade as seguintes pessoas naturais (“**Conselheiros**”): **(a) Domingos Fortunato Neto**, brasileiro, químico, para o cargo de membro do Conselho de Administração; **(b) Francisco Fortunato**, brasileiro, químico, para o cargo de membro do Conselho de Administração; **(c) Guilherme Pellegrini Mammana**, brasileiro, administrador, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração; e **(d) Walter Herbert Dissinger**, alemão naturalizado, engenheiro, para o cargo de membro independente do Conselho de Administração. **3.1.** O cargo de Presidente do Conselho de Administração será ocupado pelo Sr. Francisco Fortunato, acima qualificado, na forma do Artigo 17 do Estatuto Social. **3.2.** Os Conselheiros serão eleitos para um mandato unificado de 2 anos, que se estenderá até a assembleia geral ordinária da Sociedade que deliberar sobre as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2027. **3.3.** Os Conselheiros serão investidos nos seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, lavrados em livro próprio, contendo: (a) as declarações de desimpedimento, para os fins do Artigo 147, § 4º, da Lei das S.A., e do Artigo 46, § único e Anexo K, da Resolução CVM 80; (b) as declarações dos valores mobiliários por eles eventualmente detidos de emissão da Sociedade e de suas sociedades controladas ou do mesmo grupo, nos termos do Artigo 157 da Lei das S.A.; e (c) demais declarações exigidas nos termos do art. 16, §1º do Estatuto Social. **3.4.** O Conselho de Administração fica autorizado a praticar todos os demais atos necessários ao cumprimento das formalidades complementares à Transformação em sociedade por ações. **3.5.** A remuneração global anual dos administradores da Sociedade, compreendendo os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o exercício social de 2026, será de até R\$ 7.000.000,00. **4. Conselho Fiscal:** O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente, não tendo sido solicitada a sua instalação. Fica, assim, dispensada a eleição e a fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade. Nada mais. Advogada responsável: **Nair Veras Saldanha**, OAB/SP nº 136.851. JUCESP/NIRE 35300698312 em 17/07/2026. Marcia Curintou Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Foro, Objeto e Prazo de Duração. Artigo 1º – A Dofra Participações S.A. (“**Companhia**”) é uma companhia aberta, regida pelo presente estatuto social (“**Estatuto Social**”) e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º –** A Companhia tem sede e foro jurídico no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, na Rua Monica Aparecida Moredo, nº 229, bairro Jardim Fátima, CEP 07.177-220, podendo por deliberação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais em qualquer parte do território nacional. **Artigo 3º –** A Companhia tem por objeto social: (i) participar, direta ou indiretamente, como acionista, sócia ou quotista, do capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, que tenham por objeto social atividades relacionadas: (a) à industrialização e fabricação de produtos químicos e petroquímicos em geral, incluindo, mas não se limitando a resinas acrílicas, PVA, alquídicas, poliéster, éster vinílicas, silício, compósitos, gelcoat, massas plásticas, colas, pigmentos, plastificantes, dispersantes e solventes; (b) à industrialização e fabricação de produtos cosméticos, de perfumaria, higiene pessoal, saneantes domissanitários, defensivos agrícolas, fertilizantes, corretivos do solo e outros produtos químicos de uso industrial, comercial ou agrícola; (c) à pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, realização de testes, análises técnicas, laboratoriais e controle de qualidade; (d) à armazenagem, logística, transporte rodoviário intermunicipal, interestadual e internacional de produtos perigosos; (e) à importação, exportação e comercialização de produtos químicos, petroquímicos, agrícolas, farmacêuticos e correlatos; e (f) quaisquer outras atividades correlatas, complementares ou acessórias às atividades acima descritas. (ii) a prestação de serviços de centro de serviços compartilhados, incluindo, mas não se limitando a serviços administrativos, financeiros, contábeis, fiscais, jurídicos, de recursos humanos, tecnologia da informação, compras, logística e demais serviços de apoio às sociedades controladas pela Companhia. **Artigo 4º –** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º –** O capital social da Companhia é de R\$ 555.000.000,00 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 555.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **§1º –** Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 voto nas Assembleias Gerais de acionistas. **§2º –** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **§3º –** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, mediante aprovação prévia do Conselho de Administração, devendo tais ações permanecerem em tesouraria, ser alienadas ou canceladas. **Artigo 6º –** A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 2.775.000.000,00. **§1º –** Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a serem emitidas, bem como o prazo e as condições de integralização. **§2º –** O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, poderá ocorrer por emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, inclusive com exclusão ou redução do prazo para exercício do direito de preferência, conforme previsto no Artigo 172 da Lei 6.404, de 15/12/1976 (“*Lei das Sociedades por Ações*”). **§3º –** Ressalvado o disposto no §2º deste Artigo, os acionistas terão preferência, na proporção das respectivas participações, para subscrição dos aumentos de capital da Companhia. **Artigo 7º –** As ações da Companhia são escriturais e mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“*CVM*”) com a qual a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. **§Único –** Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações. **Artigo 8º –** Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia. **Artigo 9º –** A não integralização das ações subscritas nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em nome, de acordo com os Artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente pelo Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M), além de juros de 1% ao mês, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% do valor da prestação em atraso. **Capítulo III. Assembleia Geral de Acionistas. Artigo 10 –** As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão: (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **§Único –** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, sendo instrumentadas em ata única. **Artigo 11 –** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, por meio do Presidente ou por 2 de seus membros, com pelo menos 21 dias de antecedência, em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 dias de antecedência em segunda convocação. **§1º –** Mediante solicitação expressa, a convocação também será encaminhada aos acionistas titulares de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social, por meio de e-mail, carta com aviso de recebimento ou outro meio digital que assegure a comprovação inequívoca de seu recebimento. **§2º –** Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a qual compareça a totalidade dos acionistas. **Artigo 12 –** Ressalvadas as exceções previstas na lei, as Assembleias Gerais instalar-se-ão e validamente deliberarão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes. **Artigo 13 –** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e, na ausência dele, por qualquer outro membro do Conselho de Administração indicado por ele ou, ainda, na ausência deste, a Assembleia Geral escolherá o presidente dentre os acionistas presentes. O presidente da mesa deverá escolher um dos presentes para secretariá-lo. **§Único –** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes. As atas poderão ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo a transcrição das deliberações tomadas na ordem do dia, observado o disposto no §1º, do Artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais. **Artigo 14 –** Para participar da Assembleia Geral, o acionista deverá apresentar com, no mínimo, 2 dias de antecedência, na forma do Artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações: (i) comprovante expedido pela instituição depositária das ações escriturais de sua titularidade, datado de até 5 dias da data de realização da Assembleia Geral, podendo a Companhia dispensar a sua

apresentação; e (ii) em caso de representação de acionista, instrumento de mandato e/ou documentos que comprovem os poderes do representante legal. **§1º –** Na Assembleia Geral que admitir a participação presencial, o acionista que comparecer presencialmente munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista, até o momento da abertura dos trabalhos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente. **§2º –** O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordo de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei. **§3º –** Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos Artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações. **§4º –** O acionista não poderá votar, direta ou indiretamente, nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social nem à aprovação de suas contas como administrador. **Artigo 15 –** Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre: (i) as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado; (ii) a eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração; (iii) a remuneração global ou individual anual dos administradores e, conforme aplicável, dos membros do Conselho Fiscal; (iv) planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseados em ações aos seus administradores e colaboradores; (v) a distribuição de dividendos ou qualquer forma de pagamento de lucros ou pagamentos com base em contas de patrimônio líquido, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração de pagar juros sobre o capital próprio e de declarar dividendos intermediários ou intercalares, à conta de reservas de lucros ou lucros do exercício em andamento, conforme apurados em balanço anual, semestral ou em períodos menores, nos termos deste Estatuto e da legislação aplicável; (vi) avaliação de bens com que acionistas concorrerem para o aumento de capital social; (vii) a realização de aumento de capital, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º deste Estatuto; (viii) a emissão de debêntures ou de qualquer valor mobiliário lastreado, conversível ou permutável em ações, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, §2º deste Estatuto; (ix) a redução do capital social, bem como a realização de resgate, amortização, desdobramento ou grupamento de ações; (x) a conversão em ações de valores mobiliários de emissão da Companhia, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, §2º deste Estatuto; (xi) a criação de ações preferenciais, bem como a alteração de preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais ou criação de nova classe mais favorecida; (xii) a realização de oferta pública inicial de distribuição de ações ou de valores mobiliários representativos ou lastreados em ações de emissão da Companhia (“*IPO*”) no Brasil ou no exterior, sem prejuízo do disposto no Artigo 6º, §2º deste Estatuto; (xiii) a alteração ao Estatuto Social da Companhia; (xiv) operações de fusão, incorporação, incorporação de ações ou cisão da Companhia; (xv) suspensão de direitos de acionista; (xvi) registro de companhia aberta perante a CVM ou em qualquer outro órgão de outras jurisdições; (xvii) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM; (xviii) a dissolução e liquidação, bem como a cessação do estado de liquidação da Companhia; (xix) a eleição do liquidante, bem como dos membros do Conselho Fiscal, órgão que deverá funcionar no período de liquidação; (xx) confessar falência ou realizar pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou qualquer forma de negociação estruturada com credores em geral; e (xix) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Capítulo IV. Órgãos da Administração. Seção I. Disposições Gerais. Artigo 16 –** A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral e os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração. **§1º –** A posse dos administradores fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 37, dispensada qualquer garantia de gestão, bem como a obrigação de cumprir o acordo de acionistas arquivado junto à sede social. **§2º –** Os administradores deverão aderir à Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e à Política de Negociação de Valores Mobiliários. **§3º –** Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo em casos de renúncia, ou se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **§4º –** Será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. **§5º –** Será considerado presente à reunião, o membro do órgão da administração que manifestar seu voto (i) por meio de procuração com poderes específicos, incluindo o sentido de seu voto em cada matéria da ordem do dia, outorgada em favor de outro membro do respectivo órgão; (ii) por voto antecipado; (iii) por voto escrito transmitido por e-mail; ou (iv) por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião. Uma vez recebido o voto por escrito na forma prevista neste parágrafo, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do Conselheiro. **§6º –** Salvo dispensa (a) da Assembleia Geral, relativamente à eleição de membros ao conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia, ou (b) do Conselho de Administração, relativamente à eleição de membros à Diretoria da Companhia, ou a órgãos da administração e fiscais de controladas, não poderão ser indicados e eleitos para o cargo de membro do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia e de suas controladas qualquer pessoa física que, direta ou indiretamente, por si ou interpostas pessoas: (i) controle, invista, participe, administre, gerencie, explore, detenha ou que de qualquer outra forma esteja engajado ou tenha qualquer benefício ou vantagem econômica de qualquer Concorrente da Companhia e de controladas; (ii) seja empregado, representante, gerente, administrador, agente, consultor, prestador de serviço ou preposto de qualquer Concorrente da Companhia e de controladas; ou (iii) seja uma parte relacionada de qualquer Concorrente da Companhia e de controladas. Para fins deste parágrafo, considera-se “**Concorrente**” qualquer pessoa física ou jurídica, com ou sem personalidade jurídica, inclusive qualquer tipo de entidade, *trust*, associação, parceria, *joint venture*, fundo, consórcio, sociedade em conta de participação, condomínio, organização internacional ou multilateral ou outra entidade pública, privada ou de economia mista, bem como suas sucessoras e cessionárias (“**Pessoa**” ou “**Pessoas**”) que, por si ou por meio de Pessoas que estejam sob seu controle, desenvolva qualquer das atividades que estejam no objeto social ou sejam desenvolvidas pela Companhia ou por qualquer das controladas. **Seção II. Do Conselho de Administração. Artigo 17 –** O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 7 membros, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração deverá eleger o Presidente do Conselho de Administração. **§1º –** Dos membros efetivos do Conselho de Administração, no mínimo 20% deverão ser conselheiros independentes, conforme definidos no Artigo 6º do Anexo K da Resolução da CVM nº 80, de 30/03/2022, ou por outro regra que venha a substituí-la, condição que deverá ser expressamente caracterizada na ata da Assembleia Geral que o eleger. Serão também considerados independentes os conselheiros eleitos mediante a faculdade prevista no Artigo 141, §4º, da Lei das Sociedades por Ações, enquanto houver acionista controlador. **§2º –** Em caso de vacância, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, serão observadas as seguintes regras: (i) no caso de vacância de qualquer membro do Conselho de Administração, os Conselheiros remanescentes deverão nomear o substituto por cumprimento de mandato até a primeira Assembleia Geral da Companhia e que, se confirmado pela respectiva Assembleia Geral, completará o mandato do membro substituído; (ii) se ocorrer a vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será convocada, nos termos do Artigo 11 deste Estatuto Social, para proceder à nova eleição. No caso de vacância de todos os cargos, competirá à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleição de novos membros; e (iii) no caso de vacância ou impedimento temporário do Presidente do Conselho de Administração, competirá a ele indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto e, na ausência de indicação, suas funções deverão ser exercidas por outro Conselheiro escolhido pela maioria dos Conselheiros remanescentes. **Artigo 18 –** O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem, por convocação de seu Presidente ou por requerimento de 2 de seus membros. **§Único –** O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões. Na ausência dele, a reunião será presidida por outro membro do órgão que seja eleito por maioria dos Conselheiros presentes. Em ambos os casos, a reunião será secretariada por profissional especializado em governança corporativa, que deverá ser contratado pela Companhia para o apoio do Conselho de Administração, o qual também será responsável por coordenar pautas, redigir atas e realizar as demais atividades de apoio e suporte ao Conselho de Administração. **Artigo 19 –** As convocações das reuniões do Conselho de Administração serão realizadas por correio eletrônico com confirmação de recebimento, especificando data, hora e local da reunião, com no mínimo 8 dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 5 dias de antecedência em segunda convocação. **§1º –** A convocação poderá ser dispensada sempre que estiver presente à reunião a totalidade dos Conselheiros, ou pela concordância prévia, por escrito, dos Conselheiros ausentes. **§2º –** As Reuniões do Conselho de Administração serão instaladas, em primeira convocação, (a) com a presença da unanimidade dos Conselheiros eleitos, caso o Conselho seja composto por até 4 membros, ou (b) com a presença da maioria dos Conselheiros eleitos acrescida de 1 Conselheiro, caso o Conselho seja composto por 5 ou mais membros. Em segunda convocação, a Reunião instalar-se-á com qualquer quórum. **§3º –** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos membros eleitos, cabendo a cada membro do Conselho de Administração 1 voto nas deliberações do órgão. Em caso de empate, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade. **§4º –** Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de videoconferência, teleconferência ou qualquer outro meio similar que permita sua identificação e a comunicação simultânea com os demais participantes. Os Conselheiros que não puderem participar da reunião por qualquer destes meios poderão ser representados por outro Conselheiro, mediante indicação por escrito, na forma do §5º, item (i), do Artigo 16, deste Estatuto. **§5º –** Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os Conselheiros presentes, devendo ser arquivadas no registro público de empresas mercantis aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros. **§6º –** Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e às suas controladas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração para prestar os esclarecimentos necessários. **§7º –** É vedada a deliberação, pelo Conselho de Administração, de assunto que não tenha sido incluído na convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberar sobre as matérias da ordem do dia. **Artigo 20 –** Além dos poderes estabelecidos em lei, compete ao Conselho de Administração: (i) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas controladas; (ii) aprovar, revisar e acompanhar a execução do orçamento anual e do planejamento estratégico da Companhia e de suas controladas, bem como quaisquer modificações aos mencionados orçamento e planejamento; (iii) manifestar-se sobre as contas da Diretoria, o relatório da administração da Companhia, as demonstrações financeiras do exercício, bem como sobre a proposta de destinação dos resultados da Companhia; (iv) declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de reservas de lucros ou lucros do exercício em andamento, conforme apurados em balanço anual, semestral ou em períodos menores, conforme aplicável; (v) pagar juros sobre capital próprio; (vi) eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e fixar as atribuições

dos diretores sem designação específica; (vii) deliberar sobre a distribuição do montante individual da remuneração de cada membro do Conselho de Administração e da Diretoria quando a assembleia geral aprovar a remuneração global; (viii) fiscalizar, supervisionar e auxiliar na gestão dos Diretores da Companhia e de suas controladas, no cumprimento do seus respectivos objetos sociais, podendo examinar, sempre que entender necessário, os livros e papéis, bem como solicitar informações sobre atos praticados ou projetados, contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; (ix) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, bem como determinar a convocação de assembleias de acionistas ou reuniões de sócios de suas controladas; (x) aprovar a contratação e a substituição dos auditores independentes da Companhia; (xi) aprovar a alienação de ativos cujo valor individual seja igual ou superior a R\$ 5.000.000,00, quando a operação não estiver previamente contemplada em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (xii) deliberar sobre a oneração, venda, cessão ou transferência, no todo ou em parte, sob qualquer forma, de quaisquer direitos de propriedade intelectual, exceto quando efetuadas em favor de controladas da Companhia; (xiii) aprovar a prestação de garantia em favor de terceiros, exceto para controladas da Companhia; (xiv) aprovar a participação, direta ou indireta, em outros empreendimentos, associações, aquisições, *joint ventures*, fundos de investimento (ressalvada a administração de recursos financeiros da Companhia, conforme prevista no §4º do Artigo 22 deste Estatuto), *trusts*, consórcios ou grupos de sociedades, bem como a celebração de quaisquer acordos de acionistas ou instrumentos correlatos no âmbito dessas estruturas, respeitada a competência final da Assembleia Geral nas hipóteses previstas neste Estatuto; (xv) operações intra-grupo de fusão, incorporação, incorporação de ações ou quotas, cisão, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária em que haja combinação de negócios das controladas da Companhia; (xvi) a contratação, pela Companhia e/ou suas controladas, de empréstimos, financiamento ou quaisquer modalidades de endividamento, bem como a outorga de garantias reais ou fidejussórias, ou a celebração de outros instrumentos que importem na assunção de dívida ou obrigações pecuniárias, individualmente ou em uma série de operações correlatas, que representem valor anual igual ou superior a 3,5 vezes o EBITDA, exceto quando: (a) previamente contemplados em orçamento aprovado, (b) destinados à substituição de empréstimo ou financiamento anteriormente contratado (refinanciamento), ou (c) decorrentes de renovação, prorrogação ou reestruturação de dívida já existente; (xvii) aprovação de investimentos (*capex*) em valor igual ou superior a R\$ 5.000.000,00, quando a operação não estiver previamente contemplada em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (xviii) celebrar contratos operacionais (*opex*) em valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, quando a operação não estiver previamente contemplada em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (xix) a celebração, rescisão ou modificação, pela Companhia, de quaisquer contratos, compromissos ou avenças com partes relacionadas, cujo valor global anual seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00, exceto se a transação estiver prevista em orçamento aprovado pelo Conselho; (xx) aprovar a formalização de qualquer ato ou negócio com pessoa que seja politicamente exposta (PPE), conforme definida na Resolução nº 29, de 07/12/2017, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF); (xxi) criar ou instituir comitês de assessoramento do Conselho de Administração e fixar-lhes as respectivas competências; (xxii) elaborar e aprovar a implementação de políticas de governança corporativa, as quais poderão ser propostas pela Diretoria ou por Conselheiros; (xxiii) aprovar o organograma de cargos e funções e a grade salarial dos empregados e colaboradores da Companhia e de suas controladas; (xxiv) contratar ou demitir pessoas para cargos de gestão da Companhia e de suas controladas superiores à gerência, conforme organograma de cargos e funções aprovado pelo Conselho; (xxv) a contratação de empresa especializada em seleção de executivos (*headhunter*) para assessorar o processo de seleção e recrutamento de Conselheiros Independentes, quando aplicável; (xxvi) apreciar previamente e realizar a recomendação de voto com relação a qualquer matéria a ser submetida à Assembleia Geral da Companhia; (xxvii) a venda ou compra de ações ou quotas para cancelamento ou manutenção em tesouraria, no âmbito da Companhia ou das suas controladas; (xxviii) o exercício do direito de voto nas assembleias de acionistas ou reuniões de sócios de controladas da Companhia; e (xxix) demais matérias que não sejam atribuídas à Assembleia Geral ou à Diretoria pela lei e por este Estatuto Social. **§1º –** O exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração observará as disposições previstas em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, excetuando-se os Conselheiros Independentes desta obrigação. **§2º –** Os valores referidos nos itens (xi), (xvii), (xviii) e (xix) deste Artigo serão atualizados anualmente pela variação do IPCA, no mês de janeiro de cada ano, e fixado na primeira Reunião Ordinária do Conselho de Administração do respectivo exercício social. **Artigo 21 –** Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a celebração, pela Companhia, de contratos de indenidade com membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento da Companhia ou de suas controladas, bem como com colaboradores que exerçam função ou cargo de gestão, de forma a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores razoavelmente incorridos em razão de processos arbitrais, judiciais ou administrativos que envolvam atos praticados no exercício de suas atribuições ou poderes no âmbito da Companhia ou de suas controladas. **§Único –** Não serão passíveis de indenização com base nos contratos de indenidade as despesas e valores decorrentes de: (i) atos praticados fora do exercício de suas atribuições; (ii) atos ou crimes praticados com dolo, direto ou eventual, ou com indiferença temerária dos eventuais resultados, ou mediante culpa grave ou fraude, ou ainda, em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia ou de suas controladas; (iii) acordos celebrados (incluindo mas não se limitando a acordos em processos administrativos, judiciais ou arbitrais) sem aprovação prévia e por escrito da Companhia ou de suas controladas; e (iv) outras hipóteses que eventualmente poderão ser previstas no próprio contrato de indenidade a ser aprovado em cada caso pelo Conselho de Administração. **Seção III. Da Diretoria. Artigo 22 –** A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 e, no máximo, 10 membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com base em proposta de composição apresentada pelo Diretor Presidente, para um mandato unificado de 2 anos, permitida a reeleição. **§1º –** A Diretoria poderá ser composta pelos seguintes cargos: (i) Diretor Presidente; (ii) Diretor Financeiro; (iii) Diretor de Relações com Investidores; (iv) Diretor de Suprimentos; (v) Diretor de Operações; (vi) Diretor Comercial; (vii) Diretor de Engenharia; (viii) Diretor Industrial; (ix) Diretor de Estratégia e Novos Negócios; (x) Diretor Jurídico; (xi) Diretor de Tecnologia da Informação; (xii) Diretor de Recursos Humanos; e (xiii) Diretores sem Designação Específica. **§2º –** Os Diretores sem designação específica, quando eleitos, deverão ter sua designação e competências definidos pelo Conselho de Administração na reunião que deliberar sobre sua eleição. **§3º –** Compete ao Diretor Presidente: (i) exercer a direção geral dos negócios da Companhia e coordenar a atuação dos demais Diretores; (ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, bem como coordenar o processo de tomada de decisão; (iii) estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração; (iv) supervisionar a execução das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração e das deliberações tomadas em Assembleia Geral; (v) definir os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas controladas, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração; (vi) definir as estratégias de desenvolvimento de novos negócios, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração; e (vii) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social. Na hipótese de haver dois Diretores Presidentes, eles deverão coordenar entre si o desempenho das funções que lhe são atribuídas neste Estatuto Social. **§4º –** Compete ao Diretor Financeiro: (i) coordenar e revisar a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; (ii) administrar, gerir e controlar as atividades da Diretoria da Companhia, incluindo as áreas de tesouraria, fiscal e tributária, controladoria, auditoria, contabilidade e planejamento financeiro, segundo as orientações deste Estatuto Social, das normas legais e regulatórias vigentes e das políticas e diretrizes consignadas pela Assembleia Geral; (iii) assinar propostas, convênios, acordos, contratos com bancos e afins, documentos em geral para abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias da Companhia, bem como todo e qualquer documento à administração das finanças da Companhia, em conjunto com qualquer outro Diretor ou um Procurador com poderes específicos; e (iv) administrar os recursos financeiros da Companhia, orientando a aplicação dos excedentes de caixa dentro das políticas e diretrizes existentes, e conduzindo os processos de contratação de empréstimo e de financiamento e os serviços correlatos necessários à expansão da Companhia, conforme o seu orçamento anual. **§5º –** Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições, conforme aplicável; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais no Brasil e no exterior, conforme aplicável, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM, à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e a bolsas estrangeiras, conforme aplicável; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação aplicáveis. **§6º –** Compete ao Diretor de Suprimentos: (i) planejar, coordenar e supervisionar a aquisição de matérias-primas, insumos, equipamentos e serviços necessários às atividades da Companhia e de suas controladas; (ii) negociar contratos de fornecimento estratégicos, observadas as diretrizes e limites de alçada definidos pelo Conselho de Administração; (iii) gerir a cadeia de suprimentos, incluindo armazenagem, transporte e logística de distribuição; (iv) implementar políticas de gestão de estoques, visando à eficiência operacional e à mitigação de riscos de desabastecimento; (v) monitorar riscos relacionados a fornecedores estratégicos e à cadeia logística; e (vi) assegurar o cumprimento das normas ambientais, sanitárias e de segurança aplicáveis ao transporte e armazenamento de produtos químicos. **§7º –** Compete ao Diretor de Operações: (i) coordenar as atividades operacionais da Companhia e de suas controladas, incluindo produção, manutenção, logística interna e qualidade; (ii) implementar as estratégias operacionais aprovadas pelo Conselho de Administração; (iii) assegurar a eficiência dos processos produtivos, com foco em custo, qualidade e segurança; (iv) supervisionar a execução dos planos de expansão operacional; e (v) acompanhar indicadores de desempenho operacional, reportando-os periodicamente à Diretoria e ao Conselho de Administração. **§8º –** Compete ao Diretor Comercial: (i) definir e implementar estratégias comerciais; (ii) coordenar marketing e desenvolvimento de clientes; (iii) negociar contratos comerciais estratégicos; (iv) sugerir e elaborar políticas de precificação a serem aprovadas pelo Conselho de Administração; e (v) acompanhar o desempenho de mercado. **§9º –** Compete ao Diretor de Engenharia: (i) coordenar projetos de expansão, construção e modernização industrial; (ii) supervisionar contratos de engenharia e obras; (iii) aprovar os processos construtivos e tecnológicos das obras; e (iv) definir e acompanhar os cronogramas das obras. **§10º –** Compete ao Diretor Industrial: (i) dirigir tecnicamente as unidades industriais; (ii) supervisionar processos produtivos, manutenção técnica e engenharia de processos; (iii) implementar melhorias de eficiência produtiva; (iv) assegurar o cumprimento de normas técnicas, ambientais e de segurança industriais; e (v) propor investimentos em modernização industrial. **§11º –** Compete ao Diretor de Estratégia e Novos Negócios: (i) coordenar o planejamento estratégico da Companhia; (ii) estruturar estudos de viabilidade econômica e financeira de novos projetos; (iii) conduzir processos de fusões, aquisições, desinvestimentos e parcerias estratégicas; (iv) analisar oportunidades de expansão de mercado e

PUBLICIDADE LEGAL

continuação ➤

diversificação; e (v) monitorar tendências setoriais e competitivas. **§12º** – Compete ao Diretor Jurídico: (i) supervisionar os assuntos jurídicos da Companhia e de suas controladas; (ii) coordenar a gestão de contencioso judicial e administrativo; (iii) revisar contratos estratégicos; (iv) assessorar a Diretoria e o Conselho de Administração quanto a riscos legais; e (v) supervisionar políticas de governança corporativa. **§13º** – Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação: (i) coordenar a infraestrutura tecnológica e sistemas corporativos; (ii) assegurar segurança da informação e proteção de dados; (iii) implementar soluções digitais e automação industrial; e (iv) supervisionar projetos de transformação digital. **§14º** – Compete ao Diretor de Recursos Humanos: (i) supervisionar recrutamentos, desenvolvimento e retenção de talentos; (ii) sugerir e elaborar políticas de remuneração e benefícios a serem aprovadas pelo Conselho de Administração; e (iii) desenvolver planos e/ou programas que assegurem a efetiva utilização dos recursos humanos disponíveis para a realização dos objetivos organizacionais. **§15º** – Os cargos da Diretoria poderão ser exercidos cumulativamente por um mesmo Diretor, podendo também haver mais de um Diretor com uma mesma designação, em ambos os casos, sem limitação, observados os limites mínimo e máximo de membros previstos neste Estatuto Social. **§16º** – O Conselho de Administração poderá atribuir aos Diretores competências adicionais às previstas neste Artigo. **§17º** – As competências das diretorias que não tiverem sido preenchidas, ou cujo titular esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a eleição do respectivo diretor pelo Conselho de Administração. **§18º** – Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesses. **Artigo 23** – A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e as reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor indicado por ele. **§1º** – As convocações serão efetuadas por escrito e deverão conter a data da reunião e ordem do dia. As convocações deverão ser encaminhadas com antecedência mínima de 2 dias da data do evento, por carta ou e-mail, todos com comprovação de recebimento. **§2º** – As reuniões da Diretoria somente serão instaladas e validamente deliberarão com a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos. **§3º** – As deliberações da Diretoria serão adotadas por maioria de votos dos Diretores presentes à reunião, não havendo voto de desempate. **Artigo 24** – Compete à Diretoria, em geral, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 22: (i) apresentar, anualmente, até o mês de novembro de cada exercício social, à apreciação do Conselho de Administração, proposta de orientação geral dos negócios da Companhia, de suas controladas e das divisões de seus negócios, relativa ao exercício seguinte; (ii) apresentar, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o seu relatório e demais documentos pertinentes às contas do exercício social, bem como proposta para destinação do lucro líquido; (iii) apresentar, anualmente, para aprovação do Conselho de Administração, o orçamento e o planejamento estratégico da Companhia e de suas controladas, segregado por cada entidade jurídica, e, após aprovados, observá-los e implementá-los; (iv) celebrar contratos em nome da Companhia observando as alçadas e limites previstos neste Estatuto ou que venham a ser fixadas pelo Conselho; (v) aprovar a alienação de ativos cujo valor individual seja inferior a R\$ 5.000.000,00, bem como de valor individual igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 quando previamente previsto em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (vi) aprovar a realização de investimentos (capex) em valor inferior a R\$ 5.000.000,00, bem como em valor individual igual ou superior a R\$ 5.000.000,00 quando previamente previsto em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (vii) celebrar contratos operacionais (opex) em valor inferior a R\$ 1.000.000,00, bem como em valor individual igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 quando previamente previsto em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (viii) aprovar a prestação de garantia em favor de controladas da Companhia; (ix) celebrar, rescindir ou modificar quaisquer contratos, compromissos ou avenças com partes relacionadas, cujo valor global anual seja inferior a R\$ 1.000.000,00, bem como em valor individual igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 quando previamente previsto em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração; (x) elaborar, para aprovação do Conselho de Administração, organograma de cargos e funções e a grade salarial dos colaboradores da Companhia e de suas controladas; (xi) elaborar, para aprovação do Conselho de Administração, e implementar as políticas de governança corporativa da Companhia; (xii) reportar ao Conselho de Administração as obrigações contratuais assumidas em emissões de dívida ou financiamentos; (xiii) reportar trimestralmente ao Conselho de Administração as ações relevantes da Diretoria, incluindo relatórios financeiros, contábeis, fiscais, de investimentos, transações com partes relacionadas, riscos, ESG (*Environmental, Social and Governance*)/EHS (*Environment, Health, and Safety*), dentre outras matérias; (xiv) implementar e executar as políticas de compliance e de controles internos, bem como promover o saneamento de questões identificadas em auditorias da Companhia e de suas controladas; e (xv) cumprir as demais atribuições que lhe sejam estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, pela lei e por este Estatuto Social. **Artigo 25** – Em caso de vacância de qualquer dos cargos de Diretor da Companhia ou de suas controladas, será convocada reunião do Conselho de Administração, em até 15 dias, para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído. Na ausência ou impedimento temporário de Diretor, suas atribuições serão exercidas pelo Diretor indicado pelo ausente ou impedido, salvo disposição contrária do Conselho de Administração. **Artigo 26** – Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social quanto à representação da Companhia, qualquer ato ou contrato que implique responsabilidade ou obrigação para a Companhia deverá ser obrigatoriamente assinado, em conjunto: (i) por 2 Diretores, em conjunto e indistintamente; (ii) por 1 Diretor e 1 procurador com poderes específicos; (iii) no caso de cheques e demais títulos do movimento normal da Companhia, por 2 procuradores com poderes específicos. **§1º** – Sem prejuízo das regras previstas no *caput* deste Artigo, os atos ou contratos que envolvam obrigações para a Companhia em valor individual superior a R\$ 1.000.000,00, ou cujo conjunto de obrigações relacionadas ultrapasse tal montante, somente poderão ser celebrados mediante a

assinatura conjunta de 2 Diretores, sendo obrigatoriamente um deles o Diretor Presidente, o Diretor Financeiro, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor de Operações ou o Diretor Jurídico. Referido valor será atualizado anualmente pela variação do IPCA, no mês de janeiro de cada ano, e fixado na primeira Reunião Ordinária do Conselho do respectivo exercício social. **§2º** – Os instrumentos de mandato deverão ser sempre específicos para os atos a serem praticados pelo mandatário, e, com exceção daqueles outorgados para fins judiciais ou de defesa da Companhia em processos de natureza administrativa, os demais terão prazo de validade limitado a 1 ano, ressalvado o disposto no §3º deste Artigo. **§3º** – As procurações outorgadas pela Companhia que sejam vinculadas a contratos financeiros em geral ou instrumentos de dívida terão sua vigência encerrada apenas no momento do cumprimento da obrigação principal, em observância ao disposto no único do Artigo 686 do Código Civil. **Artigo 27** – Não é permitido o uso da denominação social em documentos de favor e estranhos aos objetivos sociais, tais como cartas de fiança, avais ou endossos a terceiros, salvo em benefício das controladas da Companhia no curso normal de seus negócios. **Capítulo V. Dos Comitês. Artigo 28** – O Conselho de Administração poderá instituir comitês de assessoramento, para apoiá-lo em suas atribuições, compostos por profissionais especializados e qualificados, conforme considere necessário ou desejável. Os membros de tais comitês deverão ser eleitos pelo Conselho de Administração. **§Único** – Cada Comitê terá regimento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração, que estabelecerá sua composição, atribuições e funcionamento. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 29** – A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 membros, com igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual funcionará em caráter não permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **§1º** – Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no País, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição, permitida a reeleição, caso o Conselho Fiscal seja instalado no exercício social subsequente. **§2º** – Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral. **§3º** – A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 37 deste Estatuto Social, bem como ao atendimento dos requisitos previstos na lei e regulação aplicáveis. **§4º** – Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar. **Artigo 30** – O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. **§1º** – Só será dispensada a convocação prévia de reunião do Conselho Fiscal como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. Admite-se a realização de reunião do Conselho Fiscal por meio de teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a interação com os demais membros do órgão, sendo em qualquer das hipóteses acima considerados presentes à reunião. **§2º** – Será considerado presente à reunião do Conselho Fiscal, o Conselheiro que manifestar seu voto (i) por meio da procuração com poderes específicos, incluindo o sentido do seu voto em cada matéria da ordem do dia, outorgada em favor de outro membro do respectivo órgão, (ii) por voto escrito antecipado, (iii) por voto escrito transmitido por e-mail ou (iv) por qualquer outro meio legítimo de comunicação cujas autoria e origem possam ser comprovadas, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião. Uma vez recebido o voto por escrito na forma prevista neste parágrafo, o secretário da reunião ficará investido de plenos poderes para assinar a ata da reunião em nome do Conselheiro. **§3º** – O Conselho Fiscal deliberará pela maioria absoluta dos membros efetivos eleitos. **§4º** – Na primeira reunião do Conselho Fiscal realizada após a instalação do órgão e eleição dos seus membros, será eleito o Presidente do órgão. **Capítulo VII. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Artigo 31** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstos na legislação aplicável. **§1º** – As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM. **§2º** – Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido da Companhia, observado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável. **Artigo 32** – Os acionistas terão direito de receber, como dividendo obrigatório, em cada exercício, um percentual equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as seguintes normas: (i) o lucro líquido do exercício será diminuído ou acrescido dos seguintes valores: a) a importância destinada à constituição da reserva legal; e b) a importância destinada à formação de reserva para contingência e a reversão desta reserva formada em exercícios anteriores; (ii) o pagamento de dividendo determinado nos termos do inciso I poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar; (iii) os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização. **§1º** – O dividendo previsto neste Artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. O Conselho Fiscal, se instalado, deverá dar parecer sobre essa informação e os administradores da Companhia encaminharão à CVM, dentro de 5 dias da realização da Assembleia Geral, exposição justificada da informação transmitida à Assembleia Geral. **§2º** – Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do §1º serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia. **§3º** – O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* da Assembleia Geral

Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício, juros sobre capital próprio, nos termos da legislação do imposto de renda. **§4º** – Os juros sobre capital próprio serão imputados ao valor dos dividendos declarados pela Companhia. **§5º** – Os acionistas deliberarão, em Assembleia Geral, sobre a destinação do saldo de lucro de cada exercício social que exceder o dividendo mínimo, conforme proposta da administração, observado o disposto neste Estatuto e na lei aplicável. **Artigo 33** – O Conselho de Administração poderá: (i) deliberar o levantamento de balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado nesse balanço; (ii) deliberar o levantamento de balanço em períodos menores e declarar dividendos intercalares à conta do lucro apurado nesse balanço, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, §1º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iii) declarar dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **§Único** – Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas. **Artigo 34** – A Companhia manterá Reserva para Investimentos a cuja constituição poderá ser destinada, por proposta do Conselho de Administração, parcela de até 75% do lucro líquido ajustado de cada exercício, com a finalidade de: (i) assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente; e (ii) reforço de capital de giro; podendo ainda (iii) ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia. **§1º** – Observado o limite legal, a reserva não excederá 80% do capital. **§2º** – A Assembleia Geral, por proposta do Conselho de Administração, poderá, a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reserva de que trata este Artigo ou destinar seu saldo, no todo ou em parte, a aumento do capital social, inclusive com bonificação em novas ações. **Capítulo VIII. Dissolução e Liquidação. Artigo 35** – A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Artigo 36** – O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas. **Capítulo IX. Resolução de Conflitos. Artigo 37** – Toda e qualquer disputa ou controvérsia envolvendo a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes ou decorrentes e relacionadas a este Estatuto Social (“*Disputa*”) será resolvida, por meio de arbitragem, a ser conduzida e administrada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“*Câmara*”). **§1º** – A arbitragem será conduzida por três árbitros (“*Tribunal Arbitral*”). Cada uma das partes da disputa nomeará 1 árbitro. Os 2 árbitros então nomeados elegerão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral. Em caso de conflito na nomeação de árbitros, a Câmara elegerá os 3 árbitros. **§2º** – A arbitragem terá sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, local em que será proferida a sentença arbitral, ressalvados os atos que, por força do Regulamento, tenham de ser praticados em outras localidades. O Tribunal Arbitral poderá, motivadamente, designar a realização de diligências em outras localidades. **§3º** – A arbitragem será realizada na língua portuguesa e será de direito, não por equidade, em conformidade com as Leis da República Federativa do Brasil. As decisões da arbitragem serão consideradas finais e definitivas, não cabendo qualquer recurso contra elas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos previstos no Artigo 30 da Lei nº 9.307/96 (“*Lei de Arbitragem*”). **§4º** – As despesas da arbitragem serão custeadas igualmente pelas partes e a Câmara não arbitrará honorários de sucumbência. **§5º** – Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, renunciando expressamente a qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, para a propositura: (i) de medidas judiciais que visem à obtenção de tutela de urgência, nos termos do Artigo 22-A e seguintes da Lei de Arbitragem; (ii) da ação prevista no Artigo 33 da Lei de Arbitragem; (iii) da ação prevista nos Artigos 381 a 383 do Código de Processo Civil; (iv) de execuções de obrigações líquidas, certas e exigíveis passíveis de execução judicial; (v) de execução de decisões proferidas pelo Tribunal Arbitral; e (vi) de quaisquer conflitos que, pela lei aplicável, não possam ser submetidos à arbitragem. **§6º** – Deverá ser mantido o sigilo de todas e quaisquer informações relacionadas à arbitragem, inclusive após seu encerramento, exceto nos casos em que (i) qualquer divulgação seja exigida pela lei aplicável ou por decisão judicial; ou (ii) haja necessidade de divulgação para proteção de direito de referida parte; casos em que a divulgação dar-se-á apenas na medida de tal necessidade. **§7º** – Todos os acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado) e demais partes que devam se submeter ao Estatuto por qualquer motivo vinculam-se expressamente à presente cláusula compromissória para todos os fins de direito. **Capítulo X. Disposições Finais e Transitórias. Artigo 38** – A Companhia está em processo de obtenção do registro como emissor sob a categoria B na CVM. Enquanto referido registro não for concedido, o Artigo 1º do Estatuto Social vigorará com a seguinte redação: “**Artigo 1º** – A **Dofra Participações S.A.** (“*Companhia*”) é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto social (“*Estatuto Social*”) e pelas disposições legais aplicáveis.”. **Artigo 39** – O disposto no §1º do Artigo 11 deste Estatuto social vigorará até a divulgação do anúncio de início de distribuição relativamente ao IPO, conforme previsto no Artigo 59, §3º, da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022. **Artigo 40** – O disposto no §2º do Artigo 16 deste Estatuto Social vigorará a partir da concessão do registro de emissor pela CVM. **Artigo 41** – Caso a Companhia venha se listar no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, qualquer Disputa passará a ser submetida à Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM. **Artigo 42** – A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede na forma do Artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos. **Artigo 43** – Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações.

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471	
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária	
Ficam informados os senhores acionistas da GP Partnership S.A. (“Companhia”) acerca do cancelamento da Assembleia Geral Extraordinária, que ocorreria no dia 24 de julho de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, cuja ordem do dia consistiria em deliberar sobre (i) o aumento do capital social da Companhia e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Em razão do cancelamento, ficam sem efeito as publicações do Edital de Convocação realizadas na imprensa. Barueri, 27 de julho de 2026. Thiago Lolkus Nigro , Presidente do Conselho de Administração.	
(29/07/2026)	

GP Partnership S.A.

CNPJ nº 50.014.464/0001-25 - NIRE 35300611471	
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária	
Ficam convocados os senhores acionistas da GP Partnership S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se aos 07 dias de agosto de 2026, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Av. Copacabana, 325, 21º andar, sala 2106, Dezoito do Forte Empresarial/Alphaville, CEP 06.472-001, a fim de deliberarem sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia e (ii) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações tomadas. Barueri, 28 de julho de 2026. Thiago Lolkus Nigro , Presidente do Conselho de Administração.	
(29, 30 e 31/07/2026)	

Virapa Administração de Imóveis S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.677/0001-90	
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais – R\$)	
Ativo	2025 2024
Circulante	
Caixa e bancos	106.335 75.558
Aplicações financeiras	64.577 54.337
Impostos a recuperar	455 8.501
Outros créditos	75.564 10.594
246.931 148.990	
Não Circulante	
Investimentos	12.484.210 1.325.000
Imobilizado	2.537.136 2.537.136
15.021.346 3.862.136	
Total do Ativo	15.268.277 4.011.126
Passivo e Patrimônio Líquido	2025 2024
Circulante	
Fornecedores	– 1.948
Impostos e contribuições	9.659 9.985
Outras contas a pagar	4.848 –
14.507 11.933	
Patrimônio Líquido	
Capital social	1.349.004 1.349.004
AFAC	13.493.740 2.493.338
Reservas de Lucros	411.026 156.851
Total do patrimônio líquido	15.253.770 3.999.193
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	15.268.277 4.011.126
Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais – R\$)	
Receita Operacional Bruta	2025 2024
Receita de locação de imóveis	399.265 303.744
Impostos incidentes sobre vendas	(14.573) (11.087)
Receita líquida de vendas	384.692 292.657
Custo de locação de imóveis	(58.874) (185.394)
Lucro Bruto Operacional	325.818 107.263
Receitas (despesas) operacionais	
Administrativas	(49.579) (61.981)
Resultado Financeiro	11.658 20.303
Lucro operacional	287.897 65.585
Lucro do exercício antes dos impostos	287.897 65.585
Provisão para IRPJ	(21.076) (17.766)
Provisão para CSLL	(12.646) (10.660)
Lucro Líquido do Exercício	254.175 37.159
Lucro básico e diluído por ação ON – R\$	0,1884 0,0275
A Diretoria	
Luciano Lucena da Silva	
Contador CRC 1SP 188.289/O-0	

Ravipa Investimentos e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 23.791.672/0001-68	
Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais – R\$)	
Ativo	2025 2024
Circulante	
Caixa e bancos	262.989 8.828
Outros créditos	8.791 8.817
271.780 11.645	
Não Circulante	
Imobilizado	30.551.729 30.565.529
30.551.729 30.565.529	
Total do Ativo	30.823.509 30.577.174
Passivo e Patrimônio Líquido	2025 2024
Circulante	
Fornecedores	2.573 969
Impostos e contribuições	15.376 33
17.949 1.002	
Patrimônio Líquido	
Capital social	2.243.550 2.243.550
Adiantamento para futuro aumento de capital	29.252.930 29.212.930
Prejuízos acumulados	(690.920) (880.308)
Total do patrimônio líquido	30.805.560 30.576.172
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	30.823.509 30.577.174
Demonstrações dos Resultados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais – R\$)	
Receita Operacional Bruta	2025 2024
Receita de venda de imóveis	271.600 –
Impostos incidentes sobre vendas	(9.913) –
Receita líquida de vendas	261.687 –
Custo de venda de imóveis	(24.035) –
Lucro Bruto Operacional	237.652 –
Receitas (despesas) operacionais	
Administrativas	(42.830) (226.440)
Resultado Financeiro	28 (1.273)
Lucro (prejuízo) operacional	194.850 (227.713)
Lucro (prejuízo) do exercício antes dos impostos	194.850 (227.713)
Provisão para IRPJ	(3.414) (21)
Provisão para CSLL	(2.048) (12)
Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	189.388 (227.746)
Lucro básico e diluído por ação ON – R\$	0,0844 –
A Diretoria	
Luciano Lucena da Silva	
Contador CRC 1SP 188.289/O-0	

BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 13.486.793/0001-42 - NIRE 35.300.392.655	
Ata de Rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária	
Data, Hora e Local: Em 1º/04/2026, às 11hs, na sede social. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença do único acionista representando a totalidade do capital social votante da Companhia. Mesa: Felipe Pereira Lima (Presidente) e Rogério de Oliveira Ferreira (Secretário). Deliberações aprovadas: 5.1. A lavratura desta ata será na forma de sumário. 5.2. Retificar a Ata de AGE 1, datada de 19/01/2026, devidamente registrada em 29/04/2026 sob nº 164.829/26-0, no item (ii) da sua Ordem do Dia, visando a excluir e, consequentemente, tornar sem efeitos, a eleição da Sra. Tatiana Yano de Almeida , brasileira, advogada, como Diretora Executiva da Companhia. 5.3. Ratificar todas as demais deliberações da Ata de AGE 1 que não foram expressamente alteradas na presente reunião. Para fins de organização, e considerando o acima exposto, a Diretoria Executiva consolidada da Companhia é a seguinte: Diretoria Executiva: (a) Ana Carolina Ferracci Coutinho Moura , brasileira, advogada; (b) Luiz Carlos Nimi , brasileiro, administrador de empresas; (c) Francine de Castro Balbina Leite , brasileira, internacionalista; (d) Rogério de Oliveira Ferreira , brasileiro, contador; (e) Felipe Pereira Lima , brasileiro, contador e economista; (f) José Walter Lucas , brasileiro, bacharel em ciências da computação; e (g) Fábio Inácio de Carvalho , brasileiro, administrador de empresas, todos com escritório em São Paulo – SP. Por fim, a Diretoria da Companhia fica, desde já, autorizada a adotar todos os atos necessários para a consecução do quanto deliberado na presente reunião. Nada mais. São Paulo, 01/04/2026. JUCESP nº 202.330/26-6 em 19/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

comercial@datamercantil.com.br

Cotação das Moedas

Coroa (Suécia) - 0,5287
Dólar (EUA) - 5,1177
Franco (Suíça) - 6,2648
Iene (Japão) - 0,03127
Libra (Inglaterra) - 6,8132
Peso (Argentina) - 0,003413
Peso (Chile) - 0,005483
Peso (México) - 0,2938
Peso (Uruguai) - 0,1273
Yuan (China) - 0,7558
Rublo (Rússia) - 0,06507
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,8347

NEGÓCIOS

Gastos de brasileiros com viagens ao exterior batem recorde no 1º semestre



Turistas brasileiros gastaram US\$ 12,6 bilhões (R\$ 64,5 bilhões) com viagens ao exterior no primeiro semestre de 2026, afirma o Banco Central em dados divulgados nesta terça-feira (28). O valor é o maior para o período desde o início da série histórica da autarquia, em 1995.

No mesmo período de 2025, os gastos somaram US\$ 10,3 bilhões (R\$ 51,83 bilhões) --a alta em 2026 foi de 22,5%. O recorde anterior havia sido registrado no primeiro semestre de 2014, quando os brasileiros desembolsaram US\$ 12,4 bilhões (R\$ 63,6 bilhões, em valores nominais) em viagens para fora do país.

O movimento acompanha a queda do dólar, que

torna as viagens internacionais mais baratas. Em 2026, a moeda norte-americana acumula recuo de 6,76%. Nesta terça-feira (28), o dólar era cotado a R\$ 5,117. Em maio, chegou a R\$ 4,891, o menor valor desde janeiro de 2024.

A cotação influencia os custos de passagens, hospedagens e compras no exterior. Com a moeda americana mais barata, viajar para fora do país fica mais acessível aos brasileiros.

Em 2025, o número de passageiros em voos internacionais com origem ou destino no Brasil bateu recorde. De janeiro a novembro, foram mais de 25 milhões de passageiros --maior patamar da série histórica da Anac, iniciada em 2000. Investimento

direto no Brasil cresce 33%

Os dados do Banco Central também mostram que o investimento direto no Brasil --a entrada de recursos estrangeiros destinados principalmente à participação em empresas e a projetos produtivos no país-- cresceu cerca de 33% no primeiro semestre. Apenas em junho, o investimento direto alcançou US\$ 9,07 bilhões (R\$ 46,39 bilhões).

O BC também elevou a projeção para o investimento estrangeiro direto neste ano, de US\$ 70 bilhões (R\$ 357,84 bilhões) para US\$ 75 bilhões (R\$ 383,4 bilhões). Mesmo com a revisão para cima, a estimativa para 2026 permanece abaixo do registrado em 2025, quando o investimento direto somou US\$ 78 bilhões .

Folhapress

Coca-Cola muda identidade visual, e novas embalagens chegam ao Brasil neste ano

A Coca-Cola Company anunciou mudança de identidade visual do principal refrigerante da marca. Latas e garrafas de Coca-Cola com e sem açúcar terão logo maior e cor branca predominante. Segundo a companhia, as novas embalagens chegarão às regiões Nordeste e Centro-Oeste nos próximos meses. Em 2027, todos os estados do Brasil devem ser contemplados pela mudança.

A principal alteração estará na chamada Coca Zero. Desde o lançamento, o refrigerante sem açúcar e sem calorias se diferencia do tradicional pela cor preta, antes usada na cor da embalagem e hoje aplicada no logo sobre o fundo vermelho. Na nova versão, "Coca-cola" e "zero açúcar" estarão em branco. A diferença estará na faixa ondulada abaixo do logo, que manterá o preto. Tampas de garrafas e lacres das latas também serão pretas.

De acordo com a Coca-Cola, a intenção é valorizar os elementos principais da

marca: o vermelho e branco, a caligrafia e a faixa dinâmica. Por isso, o logotipo será apresentado em tamanho maior do que na embalagem atual, a ponto de extrapolar as dimensões da lata.

"Com essa atualização, temos o objetivo de sermos mais claros e consistentes na forma como nos apresentamos, onde quer que as pessoas vivenciem nossa marca. Ao aprimorar o que as pessoas já conhecem e amam, estamos criando uma base mais sólida para o crescimento", disse Arnab Roy, presidente global de categoria da Coca-Cola, em pronunciamento oficial da empresa sobre a mudança.

O novo padrão será introduzido em mais de 200 mercados consumidores de Europa, Ásia, Oriente Médio e América Latina, segundo a publicação.

Segundo o publicitário Felipe Azambuja, diretor de arte da agência DPZ, o aumento na representação do logo não representa o abandono do minimalismo --adotado por muitas marcas atualmente.

Folhapress

Latam estreia classe premium em aviões Embraer E195-E2 no Brasil



Os aviões Embraer E195-E2 adquiridos pela Latam terão classe premium, o que não é usual nesse modelo de aeronave no Brasil.

Chamada de Premium Economy, serão até 20 assentos, dependendo da configuração. Eles terão mais espaço para as pernas e maior inclinação, na comparação com a classe econômica, e serviço de bordo personalizado.

Uma cortina vai separar a classe premium da econômica. A diferença de preço entre elas não foi informada.

Nos E2 da Latam serão 136 assentos. Além da cortina, os passageiros vão notar a diferença entre as duas classes pela cor das poltronas. No caso da premium, o encosto de cabeça é laranja

terracota, e na econômica, vermelho coral.

O modelo com classes econômica e premium já é usado pela companhia aérea em aviões Airbus 320 em voos domésticos e para países da América do Sul.

Ao todo, a companhia encomendou 24 aeronaves da Embraer, além de 50 opções de compra, em um negócio de US\$ 2,1 bilhões (R\$ 10,7 bilhões) ao preço de tabela.

As operações estão previstas para começar no último trimestre de 2026. Os primeiros testes em voo com técnicos da Embraer devem ter início até setembro.

Os aviões serão usados pela Latam Brasil em voos domésticos. "Já definimos as primeiras rotas com o E195-E2, todas dentro do Brasil, e elas serão anuncia-

das em breve", diz o CEO da empresa, Jerome Cadier, em nota enviada à reportagem.

Apesar de o executivo não antecipar data, o anúncio dos destinos deve ser feito até o início de agosto.

"Pela primeira vez, os brasileiros poderão escolher entre duas experiências de cabine a bordo desse modelo de aeronave", afirma Cadier.

O primeiro dos E2 adquiridos pela Latam foi mostrado no mês passado na fábrica da Embraer, em São José dos Campos (SP). O interior, entretanto, ainda não estava pronto.

Os Embraer da Latam terão sistema de internet via satélite da operadora SES que, segundo a companhia, permite uma navegação mais estável.

Folhapress